



PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA CPr_CCP_2024_35_S

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

1 - Fundamentação de facto da escolha do tipo de Procedimento

alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º do CCP, conjugado com o artigo 4.º do DLR 34/2008/M de 14 de agosto com alterações do DLR n.º 6/2018/M, de 15 de março e artigo 75.º do DLR 26/2022/M, de 29 de dezembro que determina na RAM um coeficiente de 1,45..

2 - Objeto do Contrato

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO À GESTÃO DE SEGUROS DO MUNICIPIO DE MACHICO PARA O TRIÉNIO DE 2025/2027.

3 - Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

4 - Designação:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO À GESTÃO DE SEGUROS DO MUNICIPIO DE MACHICO PARA O TRIÉNIO DE 2025/2027

5 - Prazo da execução do contrato

36 Meses

6 - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Machico, situada em Largo do Município, 9200-099 Machico, com os números de telefone 291969990 e de fax 291965515 e com o endereço eletrónico presidencia@cm-machico.pt

7 - Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta preliminar ao mercado

Sim

8 -

Previsão de renovações

Não

9 - Contrato adequado para PME

Sim

10 - Gestores de contrato

Regina Patrícia Viveiros Spínola

Delegação no gestor de contrato das seguintes competências, nos termos do n.º 5 do artigo 290.º-A do CCP:

Adoção de medidas corretivas caso detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação de contrato.

11 - Critério

Será utilizado o critério do valor.

12 - Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato

Artigo 20.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Contratos Públicos e artigo 4.º, n.º 1 do DLR n.º 34/2008/M, de 14.08 (DLR n.º 6/2018/M)

13 - Aplica-se a contratos reservados(54-A)?

A participação não está reservada

14 - O procedimento poderia ter sido realizado ao abrigo das medidas especiais de contratação pública?
Não

15 - Preço Base

O preço base fixado será de 80.700,00 euros.

16 - Critério de Adjudicação

O critério de adjudicação é Monofator.

Fator Preço

Em caso de empate, o desempate será realizado recorrendo ao(s) seguinte(s) critério(s):

1 - Sorteio.

17 - Negociação

As propostas apresentadas não serão alvo de negociação.

18 - Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- Certidão do Registo Comercial da empresa ou Código de acesso à Certidão Permanente e ou comprovativo de início de atividade;
- Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto, de acordo com a minuta conforme o Anexo I;
- Declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, de acordo com a minuta conforme o Anexo II;
- Documentos que comprovem a habilitação da atividade da prestação de serviços objeto do presente procedimento;
- Procuração legal do representante da empresa (caso seja aplicável);
- Proposta de preços unitários, de acordo com as especificações técnicas no caderno de encargos.

19 - Idioma dos documentos da proposta

Nos termos do número 3 do artigo 58.º do CCP, quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, podem ser redigidos em Português

20 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

- Anexo C da Declaração periódica de rendimentos (Mod. 22), de acordo com a alínea a) do n.º 2 do Art.º 7º do DLR 34/2008/M;
- Anexo Q da informação empresarial simplificada (IES), de acordo com a alínea b) do n.º 2 do Art.º 7º do DLR 34/2008/M;
- Anexo R da última declaração periódica do IVA, de acordo com a alínea d) do n.º 2 do artigo 7 do DLR 34/2008/M;
- Certidão de situação regularizada perante a Segurança Social
- ;
- Certidão de situação regularizada perante as Finanças
- ;
- Certidão do registo criminal da entidade adjudicatária;
- Certidões do registo criminal dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontre(m) em efetividade de funções;
- Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e o n.º 1 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, de acordo com a minuta conforme o Anexo III.;
- Declaração Mensal de remunerações AT - (DMR), de acordo com a alínea b) do n.º 2 do Art.º 7 do DLR 34/2008/M;

- Declaração relativa a rendimentos e retenções de residentes (Mod. 10), de acordo com a alínea b) do n.º 2 do Art.º 7º do DLR 34/2008/M;
- Declaração sob compromisso de honra, conforme modelo constante do Anexo V;
- Documento comprovativo do registo central do beneficiário efetivo (RCBE ? Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto)
- ;
- Quando o adjudicatário não preencha os pressupostos de incidência, previstos nos artigos 16.º, 17.º e 21.º da Lei das Finanças Regionais, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, deverá ainda apresentar declaração, sob compromisso de honra, assinada por si ou por quem o obrigue, referindo que não está legalmente obrigado ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados no território da Região Autónoma da Madeira, conforme modelo constante do Anexo IV, estando, por tal, dispensado de apresentar os documentos a que não está obrigado.
- .

21 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

22 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

23 - Prazo para entrega da proposta

O prazo limite para a apresentação das propostas é de 6 dias a contar a partir da data do envio dos convites, até às 23 horas e 59 minutos.

24 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

25 - Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Obrigações de Subcontratação

Não é aplicável nenhuma obrigação de subcontratação.

Indicação de Subcontratação na Proposta

Inexistência de indicação de subcontratação.

26 - Pedidos de esclarecimentos

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente, neste caso o Órgão com a decisão de contratar.

27 - Prestação da caução

Não é exigida a prestação de caução.

* Este documento, bem como todas as peças do procedimento, foi assinado digitalmente pelo órgão responsável pela decisão de contratar no momento da aprovação de abertura do procedimento.